Página Inicial	
Agenda de Eventos	
Especial - Acordo Ortográfico	
Artigos	
Artigos de IC	
Blog	
Reflexões sobre o ensino de línguas	
Resenhas	
Textos Literários	
Edições Anteriores	
Junte-se a nossa lista de e-mails!	
Email Address	
Subscribe	
Veja também:	
Instituto Matoso Câmara	
Biblioteca Digital Mundial	
Blog do Co-editor Joel Sossai Coleti	
Ceditec	

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
Dicionário de Termos Lingüísticos
Danifile Dibliae
Domínio Público
GEScom
GETerm
iLteC
Institut Ferdinand de Saussure
Letr[a]s.etc.br
Portal da Língua Portuguesa
Portal de Periódicos Capes
Portal de Revistas Científicas Persee
Revue Textol

Bibliotecas: uma reflexão história acerca da constituição dessas instituições

Gustavo Grandini Bastos[1]

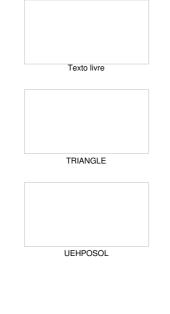
1. Introdução

Pretendemos nessa pesquisa, realizar um estudo histórico acerca da instituição biblioteca, observando a forma como ela vem constituindo-se historicamente, assim, esse estudo é relevante, pois permite observar como ela tem se instituído e transformado, e melhor refletir acerca dos motivos da circulação de determinados sentidos frente a tantos outros possíveis de serem enunciados.

A palavra biblioteca tem sua origem da palavra grega bibliotheke, resultado da junção de duas palavras do idioma grego, são elas biblio e tëke, que significam respectivamente, livro e depósito (SANTOS, 2010), por isso era entendida como o depósito responsável pela guarda de materiais escritos, papiros e pergaminhos (SCHWARCZ, 2002). Atualmente essa idéia é pequena e pouco precisa, já que os sentidos de biblioteca, seja na literatura científica da área ou nas necessidades dos sujeitos-leitores, são muito mais amplos.

A Antiguidade nos apresenta uma biblioteca marcada pelos sentidos de restrição, onde poucos possuíam a possibilidade de adentrar e fazer uso de seus acervos. Até mesmo a espessura arquitetônica dos prédios, que abrigavam as bibliotecas, era projetada para impedir que as obras circulassem, ficando restritas dentro daquele espaço (SANTOS, 2010). A grande maioria das entradas das bibliotecas possuía guardas para impedir a circulação e roubo das obras; marcamos que isso continuou e intensificou-se no período que corresponde à Idade Média, já que, nas bibliotecas, existiam portas que não levavam a lugar algum, corredores sem saída, entradas e saídas falsas, que eram aleivosas, enfim, tínhamos um real labirinto (MANGUEL; GUADALUPE, 2003) no qual poucos entravam e saíam impunes. Um ponto interessante dessas instituições é que elas possuíam uma variedade tipológica de suportes de diferentes épocas do período Antigo; a título de exemplificação, tivemos bibliotecas formadas por suportes minerais e vegetais como as placas de argila e o papiro (MARTINS, 2002), sendo que nenhuma, apesar da grandiosidade, foi preservada chegando em boas condições até a atualidade, decorrente da ação do tempo e, principalmente, do homem com guerras ou intervenções diversas (SOUZA, 2005).

Dentro da literatura da Ciência da Informação, a biblioteca mais famosa da Antiguidade é a da cidade egípcia de Alexandria, célebre até os dias de hoje por sua grandiosidade. Foi fundada no ano de 280 a.C, durante o reinado de Ptolomeu I Soter, membro da dinastia Ptolomaica (também chamada Lágida), que teria sido persuadido a construir a biblioteca graças à insistência do filósofo Demétrio de Falera, que incentivou Ptolomeu I a transformar a cidade de Alexandria em um pólo cultural capaz de fazer frente a Atenas, na Grécia, a grande capital cultural e intelectual da época (RIÃNO ALONSO, 2005; SANTOS, 2010).



Alexandria não é o protótipo dessas catedrais do saber que são nossas salas de leitura. É uma biblioteca de Estado, mas sem público, cuja finalidade não é a difusão filantrópica e educativa do saber na sociedade, e sim a acumulação de todos os escritos da Terra, no centro do palácio real que, por ele mesmo, constitui um bairro da cidade (BARATIN; JACOB, 2000, p. 45).

Estudos indicam a ocorrência de uma divisão da Biblioteca de Alexandria em duas partes: a maior, que havia sido construída no século III a.C., dentro do Templo Mouseion (Templo das Musas); e a menor, criada no século IV a.C. dentro do Templo de Serápis (Deus protetor da cidade de Alexandria), ambas no Bruguíon, uma região de Alexandria, onde inclusive localizavam-se palácios reais. Dessa forma, não existia um único local abrigando o acervo dessa biblioteca, mas sim dois (SANTOS, 2010). Nessa biblioteca, tínhamos uma coleção de aproximadamente setecentos mil volumes, sendo que volume é entendido como a frequência na qual é dividida uma mesma obra, por exemplo, o caso da Ilíada de Homero que em seus 24 cantos ou livros acabava por formar um total de 24 volumes (MARTINS, 2002). A formação do acervo da biblioteca foi realizada de várias formas e pela contribuição de várias pessoas. Destacase o empenho do filho do imperador fundador da Biblioteca de Alexandria, Ptolomeu II Filadelfo, que se empenhou em ampliar o acervo através da compra de rolos, papiros ou mesmo bibliotecas inteiras, não se intimidando frente a somas altas para adquiri-los.

O mesmo pode ser dito de seus sucessores (MARTINS, 2002), inclusive o caso de alguns como o governante Ptolomeu III Evérgeta que, além de enviar cartas a todos os soberanos da Antiguidade solicitando o envio de obras dos mais variados tipos para que integrassem a Biblioteca de Alexandria, passou a ordenar que qualquer navio que fizesse escala no porto da cidade tivesse seus originais copiados, retirados e que fosse entregue aos proprietários uma cópia, já que o original permaneceria na biblioteca, além disso, era pago uma quantia específica, 15 talentos, o fundo originário passou a ser chamado de 'fundo dos navios' (CANFORA, 2001; SOUZA, 2005).

O fim da Biblioteca de Alexandria com o grande ataque e incêndio de 642 d.C., ocorreu após quase novecentos anos de atuação, promovido pelo Califa Omar I (FLOWER, 2002). A destruição da Biblioteca de Alexandria tem relação com os quatro grandes incêndios, em que três eram intencionais e um foi acidental (MARTINS, 2002), o primeiro incêndio, no caso o acidental, ocorreu em 48 a.C., em que para defenderse do exercito egípcio, Julio César, incendiou os barcos do porto da cidade, o que acarretou na destruição de alguns prédios, incluindo a biblioteca do Templo Mouseion destruindo cerca de 40 mil rolos (MAROTO, 2009). O segundo incêndio ocorreu em 272 d.C., no qual o Imperador Aureliano devastou a região do Bruquíon na guerra contra a Rainha de Palmira. No terceiro incêndio, ocorrido no ano de 392 d.C., o Imperador Teodósio I colaborou com Teófilo, patriarca de Alexandria, na destruição da biblioteca, principalmente da menor, localizada no Templo de Serápis e de outros tantos edifícios pagãos. O último grande incêndio aconteceu em 642 d. C., como já dito, foi obra do Califa Omar I que, através de um cerco realizado pelo general árabe Amr Ibn Al As, acabou por conquistar a cidade depois de um cerco de quatorze meses, dando fim ao que tinha sido a mais célebre e famosa biblioteca da Antiguidade, pois ela já não existia mais, o que havia restado não lembrava nem de perto a grandiosidade de outros tempos (FLOWER, 2002; MARTINS, 2002; SOUZA, 2005).

A segunda maior e mais importante biblioteca da Antiguidade é a Biblioteca de Pérgamo. Fundada por Átalo I e fortificada por seu filho Eumenes II, Pérgamo tinha o desejo de ser um pólo cultural do mundo antigo e principalmente da Ásia Menor (SANTOS, 2010), sendo que seu fim foi resultado do desejo do general romano Marco Antonio em presentear sua amante, a rainha Cleópatra, agregando o acervo dela à Biblioteca de Alexandria, que tinha sofrido muitas perdas devido ao incêndio acidental provocado pelo general romano Julio César. Assim, Marco Antonio saqueou a biblioteca e seus duzentos mil volumes e a integrou ao acervo de Alexandria, no ano de 41 a.C., que no fim acabou destruído também.

As bibliotecas das cidades de Alexandria e Pérgamo são as mais conhecidas da Antiguidade, mas não as únicas, por isso, a importância de apresentar algumas outras importantes bibliotecas desse período histórico, destaca-se aqui o relato sobre as instituições da Babilônia, Mesopotâmia, Síria, Gaza, Grécia e Roma. Vale registrar, como importantes bibliotecas desse período, as existentes nos palácios e templos da Babilônia, como as de Ardevil, Assur, Cesaréia, Koloch, Nippur, Susa e a principal, que foi descoberta em 1845 por Henry Layard (SANTOS, 2010), a Biblioteca de Nínive. Ela pertencia ao soberano Rei Assurbanipal II, que se empenhou em transformá-la em um marco de sua época, dotando seu acervo de todos os recursos necessários para ser digno de ser considerado um marco cultural da Antiguidade. Ela tinha um acervo constituído por placas de argila, que eram cozidas e possuíam uma escrita que remontam ao século IX a.C. (MARTINS, 2002), sendo considerada a primeira biblioteca catalogada e indexada da história (SANTOS, 2010). Referente à Biblioteca de Nínive, tivemos ainda, com os trabalhos arqueológicos, grandes descobertas sobre a questão dos arquivos, principalmente os econômicos, políticos e sociais, que integravam seu acervo (RICHTER; GARCIA; PENNA, 2004), visto que nesse período inexistia uma separação clara entre o arquivo e a biblioteca, inclusive isso só ocorreria de maneira efetiva na Roma Antiga (FERNÁNDEZ ABAD, 2006).

A criação das primeiras bibliotecas na Mesopotâmia ocorre posteriormente ao período Uruk IV, correspondente ao ano de 3300 a.C.; no caso o Uruk III, temos registros de bibliotecas em várias cidades como Abu Salabik, Adab, Fará, Isin, Kis, Lagas, Nippur e Ur (BÁEZ, 2006). Outras famosas bibliotecas da Antiguidade são as de origem judaica, presentes em todas as sinagogas desse período, elas possuíam vários livros, incluindo os Sagrados dentro dessa religião, uma grande biblioteca desse tipo era a existente Gaza, atual Palestina (MARTINS, 2002). Temos também a famosa Biblioteca de Ebla (ou Elba), localizada na Síria, tendo sua fundação datada do terceiro milênio a.C., uma instituição que possuía um acervo organizado de quase quinze mil tábuas de argila dispostas em estantes (ORTEGA, 2004). Essa biblioteca foi localizada através de pesquisas arqueológicas datadas do ano de 1975, pelo trabalho do arqueólogo italiano Paolo Matthiae, durante as escavações do palácio G de Ebla (BÁEZ, 2006).

As bibliotecas da Grécia, talvez por ser este o berço de uma cultura enraizada muito fortemente na oralidade, não existiam de maneira tão abundante como em outras regiões da Antiguidade (MARTINS, 2002). A primeira biblioteca Grega que se tem notícia foi fundada por Pisístrato, em Atenas, tendo um caráter próximo do que hoje é compreendido como uma biblioteca pública. Tinha a aspiração de reunir obras de autores importantes daquele período e contrastava com a maioria das bibliotecas gregas desse período que eram particulares, como exemplo, temos as de

Aristóteles e Eurípedes (SANTOS, 2010).

Já as bibliotecas de Roma foram criadas com o objetivo de "aumentar próprio prestigio estabelecendo bibliotecas contrabalançassem a de Alexandria" (MARTINS, 2002, p. 78) eram distintas das gregas, constituindo dois grupos: as particulares e as públicas, as do primeiro tipo eram compostas principalmente por acervos provenientes de saques de guerra, além da aquisição de materiais através do trabalho de escravos cultos ou escribas gregos. Não era incomum na casa dos mais abastados a existência de bibliotecas particulares, citamos como exemplo as de Cícero, Consentio e a da Vila dos Papiros (BATTLES, 2003; SANTOS 2010); e as públicas que tiveram sua concepção a partir das idéias do imperador Julio César, um homem que gostava de escrever suas conquistas e que desejava ter leitores para apreciá-las. Com a sua morte, o orador Asínio Pólio assume a realização desse projeto, instalando no ano de 39 a.C., a primeira biblioteca pública no Templo Romano da Liberdade, seguida da construção de outras duas, no Templo de Apolo e no Templo da Paz, obras dos Imperadores Augusto e Vespasiano, sendo que a mais famosa obra de Roma foi a Ulpiana, formada por Trajano. É importante lembrar que todas foram destruídas quando o caos se instaurou no Império Romano (SANTOS, 2010).

2. As bibliotecas medievais: das instituições monacais as novas tipologias

As bibliotecas medievais não se distanciam muito da forma como são compreendidas na Antiguidade, já que ambas apresentavam o interesse no armazenamento de documentos e no impedimento da circulação dos mesmos, além de ser espaços de poder e sua existência agrega o status dos governantes das regiões onde elas existiam (MORIGI; SOUTO, 2005). A Idade Média é marcada como um período da história onde o clero era responsável pela educação e isso incluía o domínio das bibliotecas desse período. Essa dominação é muito bem retratada no romance "O Nome da Rosa", do escritor italiano Umberto Eco, que apresenta a biblioteca como um local de difícil acesso e restrita a poucos privilegiados, marcada por estruturas que impediam a aproximação dos leitores aos recursos informacionais ali presentes, que possuíam um formato de grandes labirintos e onde os bibliotecários eram apresentados como pessoas cultas e verdadeiros guardiões desses espaços (BAPTISTA; BRANDT, 2006; CASTRO, 2006; SILVA, 2006).

O período medieval é marcado pela existência de três tipologias básicas de bibliotecas: as monacais, as universitárias e as particulares (MARTINS, 2002). As primeiras são as principais desse período histórico. Possuíam o grande destaque dentro dos conventos, mosteiros e das mais variadas ordens religiosas, destacando-se principalmente as Ordens dos Agostinianos Recoletos, Beneditinos, Dominicanos e Franciscanos. Eram cobertas por muitas regras específicas, que estipulavam a necessidade e o valor de se trabalhar nas bibliotecas e que implicavam uma série de atividades, incluindo a de escriturários. É preciso considerar o imperativo de atenção na construção desses espaços dentro das moradias religiosas, ou seja, a atenção dada ao impedimento do empréstimo ou extravio dessas obras era enorme. Além disso, existia uma atenção para deter o ataque de pragas e o problema da umidade no acervo, por essas razões, existia a construção de bibliotecas em formato de labirinto, mas com ótima ventilação para evitar problemas já citados. O entendimento de que um

mosteiro sem biblioteca era algo impossível de existir organizava a vida de então.

Existiu, por parte de muitos chefes da Igreja Católica, o desejo da destruição de obras consideradas profanas, mas na mesma proporção ocorria o desejo por sua preservação, assim muitas obras entendidas como profanas foram destruídas, mas tantas outras através do trabalho dos religiosos copistas sobreviveram até os nossos tempos, por isso, considera-se que "com maior ou menor interesse profano, com maior ou menor penetração leiga, são os mosteiros que salvam, para o mundo moderno, a riqueza literária da Antiguidade" (MARTINS, 2002, p.83). Cabe citar como algumas das bibliotecas monacais mais celebres desse período as existentes no Monte Atos na Turquia, Biblioteca de Cassiodoro em Roma, as de Fleurysur-Loire, Cluny e Corbie na França, a de Fulda, na Prússia, a de Saint-Gall na Suíça, as de São João e São Paulo em Veneza e a mais importante, a Biblioteca do Vaticano, fundada oficialmente pelo Papa Nicolau V, no ano de 1450, mas que é basicamente a criada pelo Papa Hilário na basílica de São João de Latrão e que posteriormente, quase dez séculos depois, acabaria por ser transferida para a sede do governo vaticano.

Pouco se explana acerca das bibliotecas bizantinas, mesmo elas possuindo uma importância gigantesca na história humana, sendo que essas instituições localizavam-se no Oriente, sendo igualmente mantidas por religiosos cristãos ortodoxos (SANTOS, 2010). As bibliotecas bizantinas permitiam um menor controle da entrada de obras entendidas como profanas em seus acervos, tendo fundamental importância na questão da preservação desse tipo de obra, além de ter um enfoque distinto das bibliotecas monacais católicas fundamentadas nas estruturas de uma cultura e ensino latinos, as bibliotecas bizantinas possuíam um trabalho estruturado nos postulados da civilização helênica. As celebres bibliotecas bizantinas foram as do Claustro de Santa Catarina, junto ao Monte Sinai e o Studium com sua famosa oficina de escriturários (MARTINS, 2002). Voltando ao tema do silêncio na biblioteca, ainda no período medieval, temos a marcação definitiva do silêncio como um ponto essencial para seu funcionamento. Tínhamos uma limitação de sujeitosleitores que podiam fazer uso da instituição e acessar seu acervo, estamos falando aqui dos monges das diferentes ordens religiosas católicas que eram autorizados a ler os originais e que atuavam de maneira intensa e permanente na cópia dos livros para preservar a memória ali existente.

Nas bibliotecas da fase final da Antiguidade e nas dos mosteiros do inicio da Idade Média, em que os usuários liam em voz alta, o som de cada leitor funcionava como barreira fisiológica, ou seja, atrapalhava leitores vizinhos. Quando os leitores começavam a ler visualmente, o barulho tornou-se perturbador [...]. Humberto de Romans, no De instructionis officialium, exigia que cada convento dominicano tivesse uma sala de leitura comum na qual o silêncio fosse absoluto. Em Oxford, o regulamento de 1431 reconhecia a biblioteca como local de silêncio (SAENGER, 2002, p. 161).

O livro era entendido como um objeto sagrado, que deveria ser tocado apenas por iniciados, capazes de trabalhar com eles da maneira que entendiam ser a correta; por isso, na Idade Média a quase totalidade de leitores era formada por religiosos, já que "a leitura constituía verdadeiramente o alimento espiritual dos monges" (HAMESSE, 2002, p.

124).

O acesso a esses acervos guardados nos mosteiros limitava-se aos que pertenciam a ordens religiosas ou eram aceitas por elas. Ler e escrever eram habilidades quase exclusivas dos religiosos e não se destinavam a leigos (MILANESI, 2002, p. 25).

O trabalho executado pelos monges no trabalho com o livro era visto como algo sagrado e investia a atividade leitora de um exercício religioso profundo; para tal, havia uma ferrenha defesa do silêncio, posto que entrar em uma biblioteca equivaleria a adentrar em um ambiente sagrado, que exigia o respeitoso ato de ficar calado para ser obtido o contato com os deuses antigos ou o Deus católico (MAROTO, 2009). As bibliotecas particulares são entendidas aqui como as mantidas por senhores abastados, incluindo aqui imperadores e reis, muitas dessas bibliotecas possuíam mais de cem mil exemplares, destacamos as pertencentes a sábios como Fócio, Loup e a de Filagro, a do religioso Rurice, a do governante Tonance Ferréol e a do grande imperador francês Carlos V (MARTINS, 2002; SANTOS, 2010). Dentro desse período histórico medieval, temos o surgimento das universidades e consequentemente às bibliotecas dessas instituições. As primeiras universidades são prolongamentos das ordens religiosas católicas, tendo o inicio de seus acervos com grandes doações. É possível citar como grandes bibliotecas desse período as das Universidades de Cambridge, Orleans, Oxford e Sorbonne (MARTINS, 2002).

Permanece no desenvolvimento das bibliotecas, temos a marcação de uma instituição com uma entrada vigiada e que exige observação constante por parte de seus responsáveis, um espaço que é sempre montado em um local de difícil acesso, tudo para evitar que pessoas não autorizadas acessam seu acervo. As características religiosas, questão do controle e silêncio permanecem enraizadas nas construções das primeiras universidades européias e, consequentemente, em suas bibliotecas onde livros eram literalmente acorrentados às estantes para impedir que se roubassem obras, desorganizassem o espaço e se tivesse controle do que seria lido, evitando deteriorar qualquer obra do acervo, aqui

[...] os livros, de acordo com o seu valor – copiados a mão e ricamente ornamentados – ficavam presos por correntes às estantes, mas de maneira que pudessem ser levados às mesas de leitura. Essas bibliotecas carregavam, fortemente, a atmosfera religiosa em sua arquitetura e nas ações de seus freqüentadores [...] não s e entrava no recinto da leitura sem que os leitores usassem a beca (MILANESI, 2002, p. 25).

O livro era (e ainda é) um objeto caro, com acesso restrito e pouco disponível a grande parte de uma população que, na época, era analfabeta; nos dias atuais, guardadas as devidas restrições, temos ainda o livro como um objeto de luxo, pouco acessível à maioria da população, já que 66% dos livros estão nas mãos de 20% da população (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2007), distante da realidade de uma grande parcela da população, assim como as bibliotecas também estão, ambos são elitizados e encontram-se fora da vida e do processo de aprendizado, ensino e formação permanente dos brasileiros (ZILBERMAN, 2003).

3. Bibliotecas modernas: o advento das bibliotecas públicas

O século XVI é apontado como o início da existência das bibliotecas modernas, elas apresentam quatro características fundamentais que se integram: laicização, democratização, especialização e a socialização. A biblioteca passa cada dia mais a responder novas necessidades e questões, tendo uma concepção voltada para uma constante democratização. A concepção de um depósito ou espaço onde a passividade impera não cabe mais dentro das proposições das comunidades e leitores modernos, penetrando em ambientes antes inimagináveis, tais como o assentamento rural, a favela ou a região em que moram os trabalhadores operários (MARTINS, 2002).

Diante da época moderna temos uma fragmentação acerca dos tipos de biblioteca, decorrente de um processo contínuo de especialização, destacando ainda o vertiginoso aumento da produção intelectual em todo o mundo, logo após tomar nota da impossibilidade de atender aos mais variados públicos que cada vez mais recorriam a essas instituições (MARTINS, 2002).

Organismo antes reservado a uns poucos, que deviam procurá-la e solicitar-lhe os favores, a biblioteca moderna não apenas abriu largamente as portas, mas ainda sai à procura de leitores; não apenas quer servir ao individuo isolado, proporcionando-lhe a leitura, o instrumento, a informação de que necessita, mas ainda deseja satisfazer às necessidades do grupo, assumindo voluntariamente o papel de um órgão sobrecarregado, dinâmico e multiforme da coletividade. (MARTINS, 2002).

Nesse processo de fragmentação, temos as bibliotecas públicas, instituições que apresentam uma complexa delimitação conceitual e institucional, mas podemos compreende-la como uma instituição que possui um caráter social, sendo financiada e seguindo regulamentações estatais, facilitando o acesso da população a informação em seus mais variados suportes, permitindo a construção de uma sociedade mais justa e melhor para quem a utiliza (JARAMILLO; MONTOYA RÍOS, 2000). Como dito, a existência dessa complexidade delimitadora de limites acerca dessas bibliotecas nos apresenta problemáticas que interferem na elaboração de uma conceitualização clara acerca dessas instituições, mas o que se pode observar é o uso de pontos que são comuns nessa tentativa de fornecer um norte acerca dessa instituição, temos assim três pontos importantes: a questão do livre acesso, fornecimento de serviços gratuitos e uma variedade de suportes informacionais integrando o acervo (URIBE TIRADO, 2007).

A questão das funções da biblioteca pública também tem uma seqüência de discussões em vários encontros e apresentada nas mais variadas publicações da área da Ciência da Informação e de órgãos internacionais, tais como a UNESCO e seu famoso Manifesto das Bibliotecas Públicas, assim, essa instituição é apresentada com as seguintes funções: assegurar o acesso à informação nos mais variados suportes informacionais e a todos os sujeitos que a solicitem; subsidiar ações e informações que permitam uma melhor (e real) participação dos sujeitos leitores nas suas ações; permitir uma ampliação dos acessos a suportes de leitura variados e as novas tecnologias; contribuir para a

formação continuada dos sujeitos-leitores; contribuir para o fortalecimento da economia das comunidades que atende, principalmente da indústria editorial; e servir como um centro difusor de informações para a comunidade (URIBE TIRADO, 2007).

A biblioteca pública ganhou força no século XIX, principalmente pelos ideais democráticos, tendo grande destaque em países da Europa e nos Estados Unidos. De acordo com Arruda (2000), a biblioteca pública é datada como tendo sua origem em 1850 na Inglaterra, motivada por questões como a Revolução Francesa, Industrial e Liberal, essas três revoluções tem papéis importantes na criação das bibliotecas públicas, cabe ressaltar o auxilio de magnatas na manutenção e subsidiamento dessas instituições em seu inicio, sendo grandes mantenedores das mesmas, que também tinha sua concessão através de lutas sociais na busca de melhorias da qualidade educacional dos bairros pobres de países que vinham se consolidando como expoentes econômicos dos tempos modernos, apenas após muitas pressões dos trabalhadores é que n o inicio do século XX alguns governos de alguns países como os Estados Unidos iniciam o repasse de verbas que subsidiam a existência dessas instituições (LEMOS, 2005).

Cabe ainda um destaque quando se discute a Revolução Francesa e as bibliotecas públicas: circulou um sentido entre os revolucionários que as bibliotecas particulares confiscadas eram parte do grupo burguês recém 'derrotado', dessa forma, os livros pertencentes a elas acabaram em depósitos, sujeitos a toda sorte de pragas e problemas (MANGUEL, 2001). O destino desses acervos foi de dois tipos: a venda para bibliófilos franceses e principalmente estrangeiros, com destaque para os ingleses; e o que não foi vendido acabou constituindo bibliotecas, mas que não foram entendidas como públicas, que foram pouco representativas, por isso essas bibliotecas francesas Pós-Revolução Francesa não são entendidas como as primeiras bibliotecas públicas, mas sim as dos países anglosaxônicos, pois diferentemente das francesas essas eram constituídas de acordo com os interesses e desejos dos cidadãos desses países e não com sobras de acervos provenientes de uma condição sócio-histórica totalmente distinta daquela vivida, aqui as bibliotecas púbicas passam a se preocupar com essa questão: pensar o que aquela comunidade deseja, devendo atuar inclusive no fornecimento de informações que interessem aqueles sujeitos, por exemplo, sobre pontos turísticos, empregos, tarifas, enfim toda a informação entendida como utilitária pelo público, além da possa oferecer condições para a ocorrência de discussões, participações diversas, isso com informações nos mais diversos suportes, não deixando de ser oferecida de forma confiável e rápida (ARRUDA, 2000; ZAHER, 2001), em países desenvolvidos, tais como Dinamarca, Estados Unidos, Inglaterra e Suécia a questão do fornecimento da comunidade com as informações desejadas através de centros informacionais presentes nessas bibliotecas já se tornou uma prática comum, exigida e que contribui de maneira significativa para a vida dos sujeitos desses países, principalmente as minorias, como os imigrantes ou os nativos que passam por dificuldades, por exemplo, busca por vagas no mercado de trabalho, eles obtém nas bibliotecas públicas apoio para superar adversidades e obter oportunidades de melhorias sociais (SUAIDEN, 1995).

A biblioteca pública tem um caráter social e com base em uma regulação estatal, que permita o acesso aos mais diferentes suportes de informação, buscando sempre satisfazer as necessidades do público que pretende atender, adquirindo e separando materiais que tenham esse perfil, atuando sempre em um caminho de ajuda ao que os sujeitos-

necessitam, auxiliando na melhoria de vida dos mesmos (JARAMILLO; MONTOYA RÍOS, 2000). Atualmente quando analisamos as bibliotecas públicas fica evidente uma disparidade entre as instituições existentes em nações desenvolvidas e nas subdesenvolvidas, onde o Brasil se encaixa. Observa-se que nos países desenvolvidos temos uma biblioteca que possui identificações e laços fortes com a comunidade na qual atua, realizando atividades e fornecendo subsídios informacionais para que aqueles sujeitos leitores consigam debater e refletir questões de real interesse dos membros daquela comunidade; enquanto nos países subdesenvolvidos as relações são diferentes, a começar pela pouca proximidade das comunidades com essas instituições, não existe uma identificação com aquele espaço, já que ele efetivamente não representa aqueles sujeitos leitores, aquele coletivo (SUAIDEN, 1995), realizando quase nenhuma ação de consulta do que é interessante que elas disponibilizem, contando com acervos desatualizados, pouco atraentes e muito longe de constituírem reais unidades de informação que nações em processo de desenvolvimento merecem e precisam.

Existe um constante processo de reflexão na Ciência da Informação acerca da situação de paradoxo que ocorre em nosso país quando se discute as bibliotecas públicas, retomando a postulação de um espaço com pouca identificação com os sujeitos-leitores brasileiros, decorrente de um processo histórico continuo que marca o os brasileiros como pouco afeitos a gostar de ler, onde a biblioteca pública contribuiu de maneira significativa para a pouca aproximação de leitores, temos no Brasil ainda um leitor em processo de formação e aproximação com ela, que no país enfrenta uma série de dificuldades para aproximar-se dela, incluindo a ausência de bibliotecas de todo tipo (LAJOLO; ZILBERMAN, 2003; INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2007).

Além disso, existe um agravo para a pouca diversidade dos acervos das poucas bibliotecas públicas existentes: seu desempenho como grandes bibliotecas escolares, já que as mesmas inexistem na maioria das escolas brasileiras, principalmente as públicas, o que impede uma ação efetiva das instituições públicas como centro de informação de uma comunidade (SILVA, 2004; SOARES, 2004), já que acaba na maior parte das vezes servindo apenas a um tipo de público: os sujeitos estudantes interessados em realizar suas pesquisas escolares e que não encontram condições em suas escolas, já que as bibliotecas escolares inexistem ou são inadequadas, por isso "o destino da maioria dos alunos que, sem contar com bibliotecas nas escolas em que estudam, procuram-na para realizar as famosas 'pesquisas' escolares" (SILVA, 2003, p. 48-49). O resultado disso é que a biblioteca pública tem seu foco desviado (e forçado) cada vez mais a ser escolarizada por imposição das circunstâncias, contando com uma pequena parte de sua coleção que satisfaça ao público que deveria atender, mas a maior parte de seu acervo acaba atendendo aos estudantes que realizam pesquisas, calcula-se que a porcentagem de sujeitos-leitores das bibliotecas públicas, na sua maioria, em torno de 80% a 90%, seja composta por estudantes (ALMEIDA JÚNIOR, 2006). Isso resulta no funcionamento precário dessas duas bibliotecas que tradicionalmente tem objetivos totalmente opostos.

Vale destacar que isso ocorre, pois inexiste uma política cultural efetiva por parte dos governos com essas instituições (SILVA, 2004); marcamos que isso resultou em uma transformação, no caso, "o que seria público transformou-se em escolar" (MILANESI, 2002, p. 46).

O número de livros lidos no país é de 4,7 por ano, sendo que 3,4 é realizado durante o período escolar enquanto apenas 1,3 é realizado fora das escolas. Temos realidades distintas no país: Na Região Norte a média

é de 3,9, sendo que 3,7 são realizados na escola, enquanto 0,2 são feitos fora da escola; no Nordeste 4,2 é a média, sendo que 3,6 nas escolas e 0,6 fora delas; 4,9 é a média do Sudeste, sendo que 3,0 é na escola e 1,9 fora dela; no Sul a leitura média é de 5,5, enquanto 3,7 é na escola e 1,8 fora dela; a região Centro-Oeste é de 4,5 livros, enquanto 3,4 na escola e 1,1 fora dela (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2007).

Essa ausência da biblioteca pública contribuiu ainda com uma questão muito significativa dentro da cultura brasileira: o uso primordial dos meios de comunicação de massa, com destaque para o rádio e televisão como fonte de informação (MILANESI, 2002), isso se dá devido à necessidade de obter informações, a ausência de políticas públicas que fomentassem a adequação, crescimento e instalação de bibliotecas públicas nas cidades do país, além de a biblioteca existente contar com a falta de preparo dos profissionais em atender o grande numero de analfabetos do país, assim, "a informação dos livros, tornou-se uma obrigação aborrecida, a informação da mídia buscava o prazer para garantir a audiência" (MILANESI, 2002, p. 46).

Atesta-se essa importância do rádio e da televisão na realidade do brasileiro, quando se observa dados obtidos através do Instituto Pró-Livro (2007) que em pesquisa realizada com 172,7 milhões de pessoas no país (o que correspondia a 92% da população), revelou que a televisão e o rádio, respectivamente 77% e 39% são as opções principais de lazer, enquanto a leitura tem apenas 35% da preferência, a disparidade é grande. A pesquisa mostra que apenas 10% (17,8 milhões) dos entrevistados usam com frequência alguma biblioteca, 17% (28,9 milhões) usam ocasionalmente alguma biblioteca e a impressionante marca de 73% (126 milhões) dos brasileiros não usam bibliotecas, essa marca assusta, mas permite compreender melhor que ainda temos um caminho grande na busca não sermos um país de leitores (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2008).

Existe um número elevado de analfabetos no nosso país, cerca de 35 milhões de pessoas, a maioria dos não leitores é proveniente das classes mais pobres (RENESTO, 2009). Essa situação complica-se com a ausência de espaços efetivos de leitura, torna-se impraticável com a estrutura vigente, em que inexistem bibliotecas escolares nas escolas e, quando existem, repetem práticas domesticadoras que impedem os movimentos de deslocamento dos sujeitos, o diálogo entre eles e com os livros; tudo isso tem efeitos na forma de os discursos circularem e de os sujeitos constituírem. A ausência de bibliotecas escolares impede a formação de sujeitos-leitores, guando saem da escola ao invés de continuarem a buscar a leitura e efetivarem-se como leitores, acaba por afastá-los, criando neles uma ojeriza da leitura, resultando num desejo dos adultos de se livrar dos livros e do sentido de enfado que eles causam. Assim, a escola (incluindo aqui a importância da ausência das bibliotecas escolares) acaba não cumprindo a tarefa de 'seduzir' os sujeitos para a leitura, pós-muros das escolas e término do ensino médio básico (ZILBERMAN, 2003; INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2008). Esse sujeito também é incapaz de realizar pesquisas de maneira independente, pois a ausência das bibliotecas escolares não apenas impede o funcionamento de uma unidade pública, ele também mina a formação de leitores e independentes informacionalmente falando, que acabam ignorando a os efeitos de leitura em suas atividades cotidianas e a relação disso tudo com o político.

O que ocorre é que a maioria dos sujeitos-leitores brasileiros usam as bibliotecas públicas na época das atividades escolares, já que na maioria das vezes não existem bibliotecas escolares e livros nas casas da maioria desses estudantes é restrita, sendo que o número de vezes que esses sujeitos buscam a biblioteca após período de escolarização é muito reduzido, já que ela não possui materiais que satisfaçam seus desejos e interesses, além de muitas vezes inexistir o interesse que não foi fomentado no período escolar devido a inexistência de políticas e um estrutura que permitam esse incentivo e satisfação por parte desses sujeitos (RENESTO, 2009). Problematizar a biblioteca pública não é algo simples, a escolar então é questão mais tensa, pois toca os modos como os saberes e as posições de poder são assimétricos escola, como a leitura, pelo efeito ideológico de evidência, é trabalhada de modo a silenciar o sujeito e seus movimentos de inscrição de sentidos.

4. Considerações Finais

A reflexão da história das bibliotecas é algo importante, assim, realizar uma compilação que aborde tão temática, com base em documentos científicos produzidos por outros autores é algo que pode contribuir para estudos de diferentes áreas do conhecimento, como a Biblioteconomia e a Ciência da Informação. Estudos históricos são importantes para uma infinidade de estudos, como para os pesquisadores que refletem a questão da produção discursiva e necessitam de bases que permitam pensar as condições de produção dos discursos, a forma como são afetados pelas questões sócio-históricas, e que afetam os sujeitos no momento de enunciarem acerca de uma instituição como as bibliotecas, um espaço que historicamente, foi continuamente censurado, silenciado e possível de ser acessado por poucos privilegiados. Atualmente, existem questionamentos acerca da maneira como essas bibliotecas atuam, já que se pretende a popularização dessa instituição que em tantos momentos foi reservada a poucos privilegiados de grupos restritos (religioso, financeiro, social, etc.) e que hoje pretende uma maior popularização e identificação com outros sujeitos que outrora tiveram seu direito de acesso relegado.

Bibliografia

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Reflexões sobre a leitura e a biblioteca escolar. In: SILVA, Rovilson José da; BORTOLIN, Sueli. (Org.). **Fazeres cotidianos na biblioteca escolar.** São Paulo: Polis, 2006. p. 43-54.

ARRUDA, Guilhermina Melo. As práticas da biblioteca pública a partir das suas quatro funções básicas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 19., 2000, Rio Grande do Sul. **Anais...** Rio Grande do Sul: PUCRS, 2000.

BÁEZ, Fernando. **História universal da destruição dos livros.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BAPTISTA, Sofia Galvão; BRANDT, Mariana Baptista. Do manuscrito ao digital: a longa sobrevivência das bibliotecas e dos profissionais envolvidos. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. esp., p. 21-40, 2006. Disponível em: http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2132688. Acesso em:

14 maio 2010.

BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas:** a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta, 2003.

CANFORA, Luciano. **A biblioteca desaparecida:** histórias da Biblioteca de Alexandria. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CASTRO, César Augusto. Biblioteca como lugar de memória e eco de conhecimento: um olhar sobre "O Nome da Rosa". **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. esp., p. 0 1 - 2 0 , 2006. Disponível em: http://revista.ibict.br/pbcib/index.php/pbcib/article/view/216. Acesso em: 02 maio 2010.

FERNÁNDEZ ABAD, Francisco Javier. Evolución histórica de la cunción social de las bibliotecas públicas. **Revista General de Información y Documentación**, Madrid, v. 16, n. 2, p. 93-100, 2006. Disponível em: http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2235604. Acesso em: 07 maio 2010.

FLOWER, Derek Adie. **Biblioteca de Alexandria:** as histórias da maior biblioteca da Antiguidade. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

HAMESSE, Jacqueline. O modelo escolástico da leitura. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Org.). **História da leitura no mundo ocidental:** I. São Paulo: Ática, 2002. p. 123-146.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil.** Instituto Pró-Livro, 2007.

JARAMILLO, Orlanda; MONTOYA RIOS, Mónica. Revisión del concepto de biblioteca pública. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, v. 23, n. 1-2, ene./dic. 2000. Disponível em: http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/RIB/article/viewArticle/3126>. Acesso em: 14 ago. 2010.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil.** São Paulo: Ática, 2003.

LEMOS, Charlene Kathlen. Bibliotecas comunitárias em regiões de exclusão social na cidade de São Paulo: estudo de caso da biblioteca comunitária Solano Trindade. 2005. 151 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia)—Departamento de Ciência da Informação, UNESP, Marília, 2005.

MANGUEL, Alberto; GUADALUPE, Gianni. **Dicionário de lugares imaginários.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MAROTO, Lucia Helena. **Biblioteca escolar, eis a questão!**: do espaço de castigo ao centro do fazer educativo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

MARTINS, Wilson. A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca. São Paulo: Editora Ática, 2002.

MILANESI, Luis. Biblioteca. São Paulo: Ateliê, 2002.

MORIGI, Valdir José; SOUTO, Luzane Ruscher. Entre o passado e o presente: as visões de biblioteca no mundo contemporâneo. **Revista ACB:** Biblioteconomia em Santa Catarina, v. 10, n. 2, p. 189-206, jan./dez. 2005.

Disponível em: http://

revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/viewArticle/432>. Acesso em: 12 abr. 2010.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. Rio de Janeiro, **DataGramaZero:** Revista de Ciência da Informação, v. 5, n. 5, out. 2004. Disponível em: www.dgz.org.br/out04/Art 03.htm>. Acesso em: 14 abr. 2010.

RENESTO, Ana Paula Carneiro. **Jovens leitores em meios populares:** paradoxais constituições leitoras. 2009. 294 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)— Programa de Graduação em Ciência da Informação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

RIAÑO ALONSO, Juan José. **Poetas, filósofos, gramáticos y bibliotecarios**: origen y naturaleza de la antigua Biblioteca de Alejandría. Gijón: Editora Trea, 2005.

RICHTER, Eneida Izabel Schirmer; GARCIA, Olga Maria Correa; PENNA, Elenita Freitas. **Introdução à Arquivologia.** Santa Maria: UFSM, 2004.

SAENGER, Paul. A leitura nos séculos finais da Idade Média. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Org.). **História da leitura no mundo ocidental:** I. São Paulo: Ática, 2002. p. 147-184.

SANTOS, Josiel Machado. O processo histórico evolutivo das bibliotecas da Antiguidade ao Renascimento. **Vida de Ensino**, Goiás, v. 1, n. 1, p. 01-10, ago./fev. 2009/2010. Disponível em: http://rioverde.ifgoiano.edu.br/periodicos/index.
php/vidadeensino/article/view/58/40>. Acesso em: 21 mar. 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Vera Lucia Mangas da. Cultura e Informação: um estudo da rede d e bibliotecas populares da cidade do Rio de Janeiro. 2004. 121 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciência da Informação)—Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, Waldeck Carneiro. **Miséria da biblioteca escolar.** São Paulo: Cortez, 2003.

SOARES, Magda Becker. Leitura e Democracia Cultural. In: PAIVA, Aparecida Paiva. **Democratizando a Leitura:** pesquisas e práticas. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOUZA, Clarice Muhlethaler de. Biblioteca: uma trajetória. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECONOMIA, 3., 2005, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: [S.I.], 2005. Disponível em: http://br.geocities.com/ csouza952/producaointelectual.htm>. Acesso em: 14 fev. 2010.

SUAIDEN, Emir. **Biblioteca pública e informação à comunidade.** São Paulo: Global, 1995.

URIBE TIRADO, Alejandro. Los bibliotecólogos y bibliotecarios, agentes líderes en la formación de estudiantes y comunidades para el acceso a información de calidad utilizando Internet. **Revista Biblios**, v. 1, n. 29, dez. 2007. Disponível em: http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/id/44755745.html. Acesso em: 11 maio 2010.

	ZAHER, Célia. Categorização das bibliotecas por funções dentro do
	Sistema de conexão eletrônica. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2001. Disponível em:
	https://portalfust.socinfo.org.br/contribuicoes.htm . Acesso em: 16 ago. 2010.
	ZILBERMAN, Regina. Letramento literário: não ao texto, sim ao livro. In: PAIVA, Aparecida (Org.). Literatura e letramento: espaços, suportes e interfaces – o jogo do livro. Belo Horizonte: Ceale, 2003.
	[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos (CECH/UFSCar).
Todos os textos publicados podem ser livremente reproduzidos, desde que sem fins lucrativos, em sua versão integral e com a correta menção ao nome do autor e ao endereço deste site.	